

Termo de Referência 145/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
145/2025	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	MARY LOURDES SANTOS	07/08/2025 11:03 (v 9.2)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23289.000643/2025-36

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Hipoclorito e sulfato de alumínio para tratamento da água, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÍNIMA	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<p>HIPOCLORITO DE SÓDIO LÍQUIDO, com densidade de 10 % a 12% de cloro ativo, aspecto físico líquido amarelo esverdeado concentrado. (Aplicação: tratamento de água para consumo humano). A densidade do produto deve ser de: 1,200 g/mL (Concentração: >=12,00% de cloro ativo), ou seja 1 litro do produto deverá equivaler à 1,2 kg. Embalagem de 15, 20 ou 50 litros com alça pra transporte.</p> <p>O produto deverá ser fornecido com o certificado de análise em cada parcela enviada, contendo o percentual de cloro ativo devidamente assinado pelo responsável técnico do produto, Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS) , informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”) e a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).</p>	343298	L	500	4.500	26,00	117.000,00
	<p>EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>HIPOCLORITO DE SÓDIO LÍQUIDO, com densidade de 10 % a 12% de cloro ativo, aspecto físico líquido amarelo esverdeado concentrado. (Aplicação: tratamento de água para consumo humano). A densidade do produto deve ser de: 1,200 g/mL (Concentração: >=12,00% de cloro</p>						

2	<p>ativo), ou seja 1 litro do produto deverá equivaler à 1,2 kg. Embalagem de 15, 20 ou 50 litros com alça pra transporte.</p> <p>O produto deverá ser fornecido com o certificado de análise em cada parcela enviada, contendo o percentual de cloro ativo devidamente assinado pelo responsável técnico do produto, Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”) e a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).</p>	343298	L	500	1.500	26,00	39.000,00
3	<p>EXCLUSIVO ME/EPP</p> <p>SULFATO DE ALUMÍNIO, isento de ferro sólido ou com teor máximo de Fe O³ de 0,04 % (Aplicação: tratamento de água para consumo humano). Granulometria: Peneira - 12,5mm; Abertura – 12,5mm; Características (% de massa passante) – 100% (mínimo). Peneira – 20#; Abertura – 0,84mm; Características (% de massa passante) – 50 (máximo). Sacos com 25Kg.</p> <p>O produto deverá ser fornecido com Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”) e a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).</p> <p>Forma de apresentação do produto: Granulado ou refinado.</p>	372035	KG	1.000	4.000	12,09	48.360,00
TOTAL							204.360,00

1.1.1. os itens 2 e 3 são exclusivos ME/EPP.

1.1.2. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem fornecidos deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

1.1.3. O item HIPOCLORITO DE SÓDIO LÍQUIDO deverá ser fornecido com:

a. certificado de análise, contendo o percentual de cloro ativo devidamente assinado pelo responsável técnico do produto.

b. Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”);

c. FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).

1.1.4. O item SULFATO DE ALUMÍNIO deverá ser fornecido com:

a. Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”);

b. FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. (SUPRESSÃO) ~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.~~

1.4. Havendo divergências entre as especificações dos itens descritas neste instrumento e o sistema Comprasgov, prevalecerão as deste Termo de Referência. Tendo como base nos termos da tabela acima, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. Declaramos a essencialidade e o interesse público da contratação de acordo com a justificativa da necessidade apontada nos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000009/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1 e 2

IV) Classe/Grupo: 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS

V) Identificador da Futura Contratação: 158392-90036/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Descrição dos Requisitos da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deve preferir embalagens que possam ser recicladas, reutilizadas ou retornadas.

4.1.2. O transporte, descarregamento e armazenamento devem seguir todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis aos produtos perigosos.

4.1.3. Somente funcionários treinados e com EPIs devem descarregar os produtos; servidores do contratante não devem manuseá-los sem proteção adequada.

4.1.4. Os produtos devem cumprir todas as normas sanitárias e ter aprovação para uso no tratamento de água potável.

~~Indicação de marcas ou modelos (SUPRESSÃO)~~

~~Da vedação de contratação de marca ou produto (SUPRESSÃO)~~

~~Da exigência de amostra (SUPRESSÃO)~~

~~Da exigência de carta de solidariedade (SUPRESSÃO)~~

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.24.1. A garantia não será exigida por se tratar de aquisições de pronta entrega.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.41. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.41.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.41.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.41.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

~~Margem de Preferência (SUPRESSÃO)~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) **envio da nota de empenho, de acordo com a demanda do contratante no prazo de vigência da ATA SRP (sistema de Registro de Preços) e nas quantidades máximas e mínimas conforme tabela do subitem 1.1.**

5.1.1. O fornecedor será responsável pelo descarregamento e acondicionamento do objeto em local determinado pelo órgão que receber o material.

5.2. (SUPRESSÃO) ~~As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:~~

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, das 08hs às 11hs e das 13hs às 16hs, no seguinte endereço: **Campus São Cristóvão: Rodovia BR 101, KM 96, Bairro Quissamã, São Cristóvão - SE, CEP: 49.100-000.**

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. (SUPRESSÃO) ~~Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila:~~

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

~~Fiscalização (SUPRESSÃO)~~

~~Fiscalização Técnica (SUPRESSÃO)~~

~~Fiscalização Administrativa (SUPRESSÃO)~~

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18.1 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

8.18.2 No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~ (SUPRESSÃO)

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/07/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41.1 Será utilizado o IPCA, que é a própria inflação, por não haver um índice setorial específico para o objeto em questão, além de se tratar da aquisição de bens de consumo. Ademais, o IPCA reflete as variações dos preços finais de venda, se adequando a este modelo que inclui apenas o fornecimento do produto.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de comercialização e transporte de produtos químicos perigosos destinados ao tratamento de água potável, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme previsto na RDC nº 59/2010 e na RDC nº 34/2010.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 9.28. ~~(SUPRESSÃO) Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação [A13];~~
- 9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica (SUPRESSÃO)

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 204.360,00 (Duzentos e quatro mil e trezentos e sessenta reais)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.**

10.2. (SUPRESSÃO) ~~O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....[A3]~~

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1. A licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preço.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.1.1. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

12.1.2. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

12.1.3. APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

12.1.4. APÊNDICE II - PESQUISA DE PREÇOS

Aracaju, 28 de Julho de 2025

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação, inicia-se com a emissão da nota de empenho e encerra-se com a entrega efetiva do bem e seu correspondente pagamento.

~~2.2. (SUPRESSÃO) O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. ~~(SUPRESSÃO) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado das documentações técnicas necessárias ao seu uso seguro e conforme às normas aplicáveis, em versão em português.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. ~~(SUPRESSÃO) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~

~~4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~

~~4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~

~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;~~

~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.~~

~~4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~

~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12];~~

~~4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;~~

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em em Sergipe, Seção Judiciária de Aracaju para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARY LOURDES SANTOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 05/08/2025 às 10:04:35.

MARCELO MATIAS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 07/08/2025 às 11:03:05.

MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/08/2025 às 10:57:51.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP158134_000046_2025 (1).pdf (87.01 KB)
- Anexo II - Relatório de pesquisa de preços.pdf (371.68 KB)

Estudo Técnico Preliminar 46/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23289.000643/2025-36

2. Descrição da necessidade

O Campus São Cristóvão possui uma Estação de Tratamento de Água que necessita estar em pleno funcionamento, pois através desta, toda comunidade escolar é abastecida. Neste sentido, faz-se necessário a contratação de empresa para o fornecimento de Hipoclorito de Sódio e Sulfato de Alumínio, para utilização na Estação de Tratamento de Água a fim de higienizá-la, desinfetá-la e torná-la própria para consumo humano.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CEHIDRO	Marcelo Matias

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação tem por objetivo o fornecimento regular de **Hipoclorito de Sódio** e **Sulfato de Alumínio**, produtos indispensáveis para os processos de desinfecção, clarificação e tratamento de água na Estação de Tratamento de Água (ETA), garantindo que esta atenda aos padrões de potabilidade exigidos pela legislação sanitária vigente, especialmente o Anexo XX da Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021, do Ministério da Saúde.

Requisitos mínimos dos produtos:

1. Hipoclorito de Sódio

- Concentração mínima de cloro ativo: 10% ($\pm 1\%$);
- Produto estável, isento de metais pesados e impurezas prejudiciais à saúde;
- Embalagem segura, resistente e devidamente identificada, com validade mínima de 6 meses a contar da entrega;
- Registro válido no órgão sanitário competente (ANVISA ou MAPA, conforme aplicável).

2. Sulfato de Alumínio

- Produto sólido ou líquido, com teor mínimo de 17% de AlO para o sólido e 8% para o líquido;
- Grau técnico adequado ao uso em sistemas públicos de abastecimento de água;
- Isento de contaminantes que possam comprometer a qualidade da água potável;
- Embalagens resistentes à umidade, com identificação legível e prazo de validade.

Outros requisitos da contratação:

- A contratada deverá realizar as entregas conforme cronograma estabelecido pela contratante, podendo ser parciais, de acordo com a demanda operacional da ETA, evitando assim a deterioração do produto por armazenagem e ocupação de espaço físico;

- A contratada deve possuir licença ambiental e alvará de funcionamento válidos;
- Os produtos devem ser transportados em conformidade com a legislação de **produtos perigosos** e entregues com respectivas FISPQs;
- Deve ser garantida assistência técnica para esclarecimentos ou intercorrências que envolvam os produtos fornecidos;
- O contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente;
- Poderão participar da licitação **empresas legalmente estabelecidas no país**, que atuem em ramo compatível com o objeto e atendam às exigências do **Edital e seus anexos**.

Critérios e práticas de sustentabilidade:

- Preferência por embalagens retornáveis ou recicláveis;
- Logística reversa das embalagens, caso possível;
- Produtos com menor impacto ambiental em sua cadeia de produção e transporte;
- Fornecimento preferencial de empresas localizadas no mesmo estado, reduzindo a pegada de carbono no transporte.

A adoção desses critérios visa assegurar a eficiência no tratamento da água, a segurança sanitária da população e o cumprimento dos princípios da administração pública, notadamente o da economicidade, sustentabilidade e interesse público.

5. Levantamento de Mercado

Com o objetivo de garantir a aquisição eficiente e vantajosa de insumos químicos essenciais ao tratamento de água na Estação de Tratamento do Campus São Cristóvão, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado, considerando contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, bem como as características de fornecimento mais recorrentes.

Item 1 – Hipoclorito de Sódio – CATMAT 343298

O **hipoclorito de sódio**, substância líquida amplamente utilizada para desinfecção da água, é comercializado em litros ou quilos. Após análise das modalidades de fornecimento e da realidade de consumo da ETA, optou-se por sua aquisição em **litros**, com exigência de densidade mínima de **1,200 g/mL**, o que equivale a 1 litro = 1,2 kg, com **concentração mínima de 12% de cloro ativo**.

A forma de fornecimento mais vantajosa, considerando a demanda contínua e o consumo em grande escala, é a entrega em **bombonas de até 50 litros**, mediante contrato com entregas **parceladas**, alinhado ao modelo de fornecimento logístico adotado por diversos entes públicos.

Foram identificados, por meio de pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal, pregões eletrônicos recentes com características similares de aquisição:

- **PE SRP 90013/2024 – 155022** – Hospital das Clínicas de Pernambuco;
- **PE SRP 90001/2024 – 931092** – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Bonita.

Essas contratações confirmam a viabilidade e aderência técnica da aquisição por litro e em bombonas, reforçando a escolha como prática consolidada e vantajosa no âmbito da administração pública.

Item 2 – Sulfato de Alumínio – CATMAT 372035

O **sulfato de alumínio**, coagulante amplamente utilizado no processo de clarificação da água, é comercializado em **gramas ou quilos**, sendo esta última unidade a mais comum nas contratações públicas.

Visando eficiência logística e custo-benefício, foi adotada a aquisição por **quilo**, adequada à demanda elevada e regular da ETA. Essa estratégia foi confirmada por meio da análise de pregões eletrônicos recentes com especificações semelhantes:

- **PE SRP 90003/2024 – 742050** – Centro de Intendência de Tecnologia da Marinha em São Paulo;
- **PE SRP 00016/2023 – 160100** – Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada – MEX/GO.

A análise das contratações citadas evidencia a predominância do fornecimento por quilo, com entregas fracionadas conforme cronograma de demanda, demonstrando convergência com as práticas atuais do setor público.

Avaliação sobre restrição de mercado

Durante o levantamento, **não foram identificadas restrições significativas de mercado** que comprometam a competitividade da contratação. Existem diversos fornecedores desses produtos no mercado nacional, especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste, com capacidade técnica e logística compatíveis com as exigências da Administração.

Caso, eventualmente, se identifique uma **quantidade restrita de fornecedores locais ou regionais**, será avaliada a possibilidade de **flexibilização de requisitos não essenciais**, desde que não comprometam a segurança do processo de tratamento da água, a fim de garantir **ampla competitividade e viabilidade da contratação**.

A Administração se manterá aberta a contribuições do mercado, podendo realizar consultas técnicas ou diálogo transparente com potenciais fornecedores, conforme preconizado pela Instrução Normativa nº 40/2020, especialmente se houver necessidade de aprimorar os critérios técnicos ou ampliar a competitividade do certame.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na **aquisição de produtos químicos – Hipoclorito de Sódio (líquido) e Sulfato de Alumínio (sólido)** – destinados ao uso contínuo na **Estação de Tratamento de Água (ETA)** do Campus São Cristóvão, visando garantir a potabilidade da água distribuída na unidade, conforme os critérios estabelecidos pelas normas sanitárias nacionais, especialmente a **Portaria GM/MS nº 888/2021** e o **Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5/2017 do Ministério da Saúde**.

A escolha por essa solução se justifica pela **existência de equipe técnica capacitada** no próprio campus, com profissionais habilitados para operar o sistema de tratamento de água, o que **dispensa a contratação de serviços especializados** terceirizados, reduzindo significativamente os custos operacionais e aumentando o controle interno sobre os processos de tratamento. Nesse contexto, a **aquisição direta dos insumos químicos** é a forma mais eficaz e economicamente vantajosa de atender à demanda institucional, garantindo a segurança sanitária da água disponibilizada à comunidade acadêmica.

1. Hipoclorito de Sódio (CATMAT 343298)

O produto será fornecido em **embalagens plásticas apropriadas**, com alças para facilitar o transporte e acondicionamento, observando os seguintes critérios:

- **Volume mínimo por unidade:** 15 litros (equivalente a 18 kg);
- **Volume máximo por unidade:** bombonas de 50 litros (equivalente a 60 kg);
- **Concentração mínima de cloro ativo:** ≥12%;
- Cada unidade deverá conter **etiqueta de identificação**, nome do fabricante e **data de validade visível**;
- Cada lote entregue deverá vir acompanhado de:
 - **Certificado de Análise**, assinado por responsável técnico, contendo o teor de cloro ativo;
 - **FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos)**;
 - **Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS)**, conforme a norma técnica da ABNT e o art. 13, I, alíneas “b” e “c” do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5/2017/MS.

2. Sulfato de Alumínio (CATMAT 372035)

Deverá ser fornecido em:

- **Sacos plásticos ou de rafia**, com peso padrão de 25 kg;
- Com validade mínima de **2 (dois) anos** na data da entrega;
- Embalagem contendo **etiqueta de identificação**, fabricante e **data de validade visível**;

- Acompanhado, em cada lote, da **FISPQ** e do **LARS**, conforme normas sanitárias vigentes.

Responsabilidade do fornecedor:

O fornecedor será responsável pelo:

- Descarregamento e acondicionamento dos produtos** em local previamente indicado pelo Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão;
- Cumprimento integral das **normas de segurança, saúde e transporte de produtos químicos perigosos**, conforme legislação ambiental, sanitária e trabalhista vigente.

Tabela:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL
1	<p>HIPOCLORITO DE SÓDIO LÍQUIDO, com densidade de 10 % a 12% de cloro ativo, aspecto físico líquido amarelo esverdeado concentrado. (Aplicação: tratamento de água para consumo humano). A densidade do produto deve ser de: 1,200 g/mL (Concentração: >=12,00% de cloro ativo), ou seja 1 litro do produto deverá equivaler à 1,2 kg.</p> <p>Embalagem de 15, 20 ou 50 litros com alça pra transporte. O produto deverá ser fornecido com o certificado de análise em cada parcela enviada, contendo o percentual de cloro ativo devidamente assinado pelo responsável técnico do produto, Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS) , informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”) e a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).</p>	343298	L	6.000	8,14	48.840
2	<p>SULFATO DE ALUMÍNIO, isento de ferro sólido ou com teor máximo de Fe O₃ de 0,04 % (Aplicação: tratamento de água para consumo humano). Granulometria: Peneira - 12,5mm; Abertura – 12,5mm; Características (% de massa passante) – 100% (mínimo). Peneira – 20#; Abertura – 0,84mm; Características (% de massa passante) – 50 (máximo). Sacos com 25Kg. O produto deverá ser fornecido com Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”) e a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).</p> <p>Forma de apresentação do produto: Granulado ou refinado.</p>	372035	KG	4.000	5,58	22.320
TOTAL						71.160

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para o pleno funcionamento a Estação de Tratamento de Água deste Campus necessita de 6.000 L de Hipoclorito de Sódio líquido e 4.000 kg de Sulfato de Alumínio. Este pedido deverá ser adquirido na modalidade registro de preço, com prazo de 01 ano visando atender as demandas do corrente ano e do primeiro semestre do ano de 2026.

A aquisição dos respectivos produtos visa a não interrupção no tratamento e abastecimento de água em nosso Campus. Os quantitativos ora solicitados foram baseados no consumo de todo o ano de 2024.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 71.160,00

O valor estimado da contratação será de R\$ 71.160,00 (setenta e um mil e cento e sessenta reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que o objeto em questão é divisível, entende-se que a licitação deverá ser realizada por item, de forma a possibilitar o parcelamento da contratação. Essa estratégia visa promover a competitividade entre os licitantes, permitindo a participação de um maior número de fornecedores especializados em itens específicos, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a Administração.

Além disso, o parcelamento possibilita a obtenção de economia de escala em cada item licitado, uma vez que fornecedores podem ofertar melhores preços ao concentrarem sua proposta em um único produto no qual detenham expertise e capacidade operacional. Dessa forma, busca-se assegurar o atendimento eficiente do interesse público, com melhores condições comerciais e maior eficiência na execução contratual.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Sendo os objetivos estratégicos construídos a partir da missão institucional, entende-se que esta contratação se alinha ao planejamento uma vez que sua inexistência implicará na suspensão das aulas, pois o campus ficaria desabastecido sem o tratamento e fornecimento da água.

Assim, a presente contratação está alinhada ao seguinte Objetivo Estratégico do PAT - Campus São Cristóvão:

- Objetivo Estratégico 01- Promover racionalização dos recursos orçamentários visando a alocação eficiente e eficaz.
- Objetivo Estratégico 11 - Promover o desenvolvimento sustentável em sincronia com os arranjos produtivos locais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Manter em pleno funcionamento a Estação de Tratamento de Água (ETA) de forma contínua para atender as demandas das áreas técnicas, administrativas e pedagógicas no que diz respeito ao fornecimento de água potável para todo o Campus.

13. Providências a serem Adotadas

Pregão eletrônico para aquisição dos itens necessários a manutenção e pleno funcionamento da Estação de Tratamento de Água (ETA) de forma contínua para atender as demandas das áreas técnicas, administrativas e pedagógicas no que diz respeito ao fornecimento de água potável para todo o Campus.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram observados impactos ambientais com a presente contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

- A solução permite o aproveitamento da **estrutura física e dos recursos humanos já disponíveis** no campus, com servidores técnicos capacitados;
- Elimina-se a necessidade de terceirização de serviços especializados, o que **reduz custos diretos e indiretos** à administração pública;
- A contratação focada apenas no fornecimento dos insumos permite **flexibilidade no recebimento parcelado**, conforme o consumo e armazenamento disponíveis;
- A definição clara das **especificações técnicas** e das **exigências sanitárias e legais** na contratação assegura que os produtos adquiridos estejam em conformidade com os padrões exigidos para o tratamento de água destinada ao consumo humano;
- A **qualidade da água tratada** e a **segurança sanitária da comunidade acadêmica** são garantidas, mantendo-se o atendimento à legislação federal e aos princípios da administração pública, como eficiência, economicidade e interesse público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO MATIAS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 22/07/2025 às 09:57:55.

MARY LOURDES SANTOS

Agente de contratação



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL
COORDENADORIA DE PESQUISA DE PREÇOS DA PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO-
CPPPROAD/DEL/DLC/PROAD

RELATÓRIO Nº 0749223/2025/CPPPROAD - REI/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS
PROCESSO Nº 23289.000643/2025-36
INTERESSADO: COORDENADORIA DE ELETRICA E HIDRAULICA - CAMPUS SAO CRISTOVAO

Ao Departamento de Licitações,

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021/SEGES/ME.

Trata-se de pesquisa de preços cujo objeto é aquisição de aquisição de Hipoclorito e Sulfato de Alumínio para tratamento da água do Campus São Cristóvão. Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

A pesquisa de preços foi realizada no período compreendido do dia 24/07/2025.

A metodologia aplicada ao valor de referência foi aferida por meio da mediana e foram obtidos após análise crítica de cada registro encontrado.

A fonte de pesquisa utilizada levou em consideração o art. 5º da IN 65/2021/SEGES/ME, em específico o inciso I, a saber:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Os relatórios gerados com filtros aplicados e os registros encontrados podem ser conferidos anteriormente.

Após análise detalhada de todos os preços válidos obtidos, eliminadas as discrepâncias, chegou-se ao valor de referência, a seguir especificado:

Ite m	Especificação do Material	Unidade Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário de Referência (R\$)
------------------	----------------------------------	---------------------------------	-------------------	---

1	<p>HIPOCLORITO DE SÓDIO LÍQUIDO, com densidade de 10 % a 12% de cloro ativo, aspecto físico líquido amarelo esverdeado concentrado. (Aplicação: tratamento de água para consumo humano). Embalagem de 20 ou 50 L com alça para transporte. A densidade do produto deve ser de: 1,200 g/mL (Concentração: $\geq 12,00\%$ de cloro ativo), ou seja 1 litro do produto deverá equivaler à 1,2 kg. Embalagem de 20 ou 50 litros com alça pra transporte. O produto deverá ser fornecido com o certificado de análise em cada parcela enviada, contendo o percentual de cloro ativo devidamente assinado pelo responsável técnico do produto, Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”) e a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos).</p>	Litro	1.000	26,00
2	<p>SULFATO DE ALUMÍNIO, isento de ferro sólido ou com teor máximo de Fe O_3 de 0,04 % (Aplicação: tratamento de água para consumo humano). Granulometria: Peneira - 12,5mm; Abertura – 12,5mm; Características (% de massa passante) – 100% (mínimo). Peneira – 20#; Abertura – 0,84mm; Características (% de massa passante) – 50 (máximo). Sacos com 25Kg. O produto deverá ser fornecido com Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), informando que o produto foi aprovado para a utilização no tratamento de água para ingestão humana (Origem: Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, de 03 de outubro de 2017, Art. 13 I “b” e “c”) e a FISPQ (Ficha de Informação de</p>	KG	1.000	12,09

	Segurança de Produtos Químicos). Forma de apresentação do produto: Granulado ou refinado			
--	--	--	--	--

É este, pois, o nosso relatório. À consideração superior para ciência e adoção das medidas que entender necessárias.

Respeitosamente,

RÔMULO SANTANA DO AMARAL
Coordenador de Pesquisa de Preços
Portaria nº 2.418, de 13 de outubro de 2020

Referência: Processo nº 23289.000643/2025-36

SEI nº 0749223



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

R\$ 27,12

MEDIANA

R\$ 26,00

MENOR

R\$ 24,37

FILTROS
APLICADOS

Unidade de Fornecimento	Descrição Complementar	Identificação do Item de Compra	Forma da Compra	Modalidade da Compra	Esfera	Período da Compra
LITRO	HIPOCLORITO DE SÓDIO\, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO\, CONCENTRAÇÃO TEOR MÍNIMO DE 10 % DE CLORO ATIVO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRODUTO CONCENTRADO\, NÃO ESTABILIZADO, HIPOCLORITO DE SÓDIO\, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO\, CONCENTRAÇÃO TEOR MÍNIMO DE 12 % DE CLORO ATIVO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTABILIZADO, HIPOCLORITO DE SÓDIO\, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO\, CONCENTRAÇÃO TEOR MÍNIMO DE 12 % DE CLORO ATIVO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRODUTO CONCENTRADO\, NÃO ESTABILIZADO	1531630590035202500009, 1600980590010202500116, 1206280590023202500015	SISRP	Pregão	Federal	Comprado Últimos 30 dias, Comprado Últimos 60 dias, Comprado Últimos 90 dias

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
90035/2025	00009	Pregão	378971	HIPOCLORITO DE SÓDIO		LITRO	590	R\$24,37	DEPOTHAUS COMERCIO LTDA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	153163 - MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC	24/04/2025
90010/2025	00116	Pregão	343299	HIPOCLORITO DE SÓDIO		LITRO	210	R\$26	53.588.462 MARIA EDUARDA DOS SANTOS VICENTE	COMANDO DO EXERCITO	160098 - BASE ADMINISTRATIVA DA BDA DE OP.ESPECIAISS	26/05/2025
90023/2025	00015	Pregão	343298	HIPOCLORITO DE SÓDIO		LITRO	30	R\$31	MULTILAB DISTRIBUICAO LTDA	COMANDO DA AERONÁUTICA	120628 - GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM	16/05/2025



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

R\$ 11,61

MEDIANA

R\$ 12,09

MENOR

R\$ 9,41

FILTROS
APLICADOS

Unidade de
Fornecimento

Descrição Complementar

Identificação
do Item de
Compra

Modalidade
da Compra

Esfera

Período da
Compra

QUILOGRAMA

SULFATO DE ALUMÍNIO\, ASPECTO FÍSICO PÓ GRANULADO BRANCO OU ESBRANQUIÇADO\, FÓRMULA QUÍMICA AL2(SO4)3 ANIDRO\, PESO MOLECULAR 342\,14 G/MOL\, GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 15% EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO\, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10043-01- 3, SULFATO DE ALUMÍNIO\, ASPECTO FÍSICO PÓ\, FÓRMULA QUÍMICA AL2(SO4)3\, PESO MOLECULAR 342\,15 G/MOL\, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99\,99%\, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10043-01-3, SULFATO DE ALUMÍNIO\, ASPECTO FÍSICO PÓ OU GRÂNULOS CRISTALINOS\, INCOLOR A BRANCO\, FÓRMULA QUÍMICA AL2(SO4)3·XH2O (HIDRATADO)\, PESO MOLECULAR 342\,14 + X(H2O) G/MOL\, GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 16\,5% EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO\, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 17927-65-0, SULFATO DE ALUMÍNIO\, ASPECTO FÍSICO CRISTAL INCOLOR\, INODORO\, FÓRMULA QUÍMICA AL2(SO4)3 ANIDRO\, PESO MOLECULAR 342\,14 G/MOL\, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98%\, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10043-01-3, SULFATO DE ALUMÍNIO\, ASPECTO FÍSICO CRISTAL INCOLOR\, INODORO\, FÓRMULA QUÍMICA AL2(SO4)3.18H2O (OCTADECAHIDRATADO)\, PESO MOLECULAR 666\,43 G/MOL\, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98%\, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A.\, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7784-31-8, SULFATO DE ALUMÍNIO\, ASPECTO FÍSICO CRISTAL INCOLOR\, INODORO\, FÓRMULA QUÍMICA AL2(SO4)3 (ANIDRO)\, PESO MOLECULAR 342\,14 G/MOL\, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98%\, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A.\, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10043-01-3

10 of
2312485

Pregão

Federal

Comprado
Últimos 30 dias,
Comprado
Últimos 60 dias,
Comprado
Últimos 90 dias

Quantidade total de registros: 8

Registros apresentados: 1 a 8

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
90001/2025	00056	Pregão	458137	SULFATO DE ALUMÍNIO		QUILOGRAMA	361	R\$9,41	FX EMPREENDIMENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160183 - 72 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO	08/05/2025
90006/2025	00092	Pregão	458137	SULFATO DE ALUMÍNIO		QUILOGRAMA	300	R\$9,60	SANIGRAN LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160041 - 40 BATALHAO DE INFANTARIA/MEX - CE	29/05/2025

90012/2025	00001	Pregão	359283	SULFATO DE ALUMÍNIO		QUILOGRAMA	3.300	R\$9,80	UNIVERSAL COMPANY LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160160 - 51 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA	21/05/2025
90003/2025	00006	Pregão	406238	SULFATO DE ALUMÍNIO		QUILOGRAMA	250	R\$11,50	PLANETA DA LIMPEZA LTDA	DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS / CMD DA MARINHA	732100 - CENTRO DE INST ALMIRANTE SYLVIO DE CAMARGO	05/05/2025
90001/2025	00042	Pregão	458137	SULFATO DE ALUMÍNIO		QUILOGRAMA	100	R\$12,69	SANIGRAN LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC	30/05/2025
90005/2025	00005	Pregão	458137	SULFATO DE ALUMÍNIO		QUILOGRAMA	100	R\$12,79	GENTILEZA COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160246 - DEPOSITO CENTRAL DE MUNICAO/RJ	27/04/2025
90007/2024	00006	Pregão	428569	SULFATO DE ALUMÍNIO		QUILOGRAMA	120	R\$12,98	RPF COMERCIAL LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160127 - 4 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA	07/04/2025
90022/2025	00034	Pregão	458137	SULFATO DE ALUMÍNIO		QUILOGRAMA	200	R\$14,10	SANIGRAN LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160339 - 1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	15/05/2025